

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL

Aos 17 dias do mês de novembro de 2021, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão De Economia, Inovação, Obras Públicas E Habitação, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### [Presencial e Videoconferência]

1. Apreciação e votação da **ata n.º 158** referente à reunião do dia 10 de novembro
2. Apreciação e votação, na especialidade, da **Proposta de Lei n.º 115/XIV/3.ª (Gov)** – “Estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento e transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, sobre os regimes de reestruturação preventiva, o perdão de dívidas e as inibições”
3. Apreciação e votação, na especialidade, do **Projeto de Lei n.º 718/XIV/2.ª (PSD)** – “Altera o regime da propriedade horizontal, procedendo à octogésima alteração ao Código Civil, e à alteração ao Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de outubro com as alterações subsequentes”
4. Apreciação e votação, na especialidade, da **Proposta de Lei n.º 71/XIV/2.ª (ALRAM)** – “Pelo fim do bloqueio geográfico e da discriminação nas vendas eletrónicas para os consumidores das Regiões Autónomas”
5. Apreciação e votação do **Parecer** referente ao **Projeto de Lei n.º 1014/XIV/3.ª (PCP)** – “Regime extraordinário de proteção e apoio aos inquilinos”
6. Votação na especialidade dos **Projetos de Resolução na temática dos Fundos Europeus:**
  - 6.1. **N.º 714/XIV/2.ª (PSD)** – “Recomenda ao Governo que apresente à Assembleia da República relatórios trimestrais sobre a negociação e execução dos fundos europeus atribuídos a Portugal ao abrigo do programa next generation e do quadro financeiro plurianual 2021-2027 e a respectiva implementação do plano de recuperação económica Portugal 2020-2030”
  - 6.2. **N.º 729/XIV/2.ª (PS)** – “Recomenda ao Governo um conjunto de medidas para utilização mais eficaz e eficiente dos fundos da União Europeia, nomeadamente no âmbito da Política de Coesão, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum e do Plano de Recuperação da União Europeia”
  - 6.3. **N.º 748/XIV/2.ª (BE)** – “Recomenda ao Governo que proceda à criação de uma plataforma pública demonstrando, de forma transparente, acessível e territorializada, a alocação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e do Fundo de Recuperação próxima geração EU”

**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

**7. Votação na especialidade dos Projetos de Resolução na temática da Linha do Oeste:**

**7.1. N.º 746/XIV/2.ª (PSD)** – “Recomenda ao Governo que providencie com urgência no sentido de ser desenvolvido o estudo de modernização e requalificação da linha do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra”

**7.2. N.º 751/XIV/2.ª (CDS-PP)** – “Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias à modernização e requalificação da linha do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra/Figueira da Foz”

**7.3. N.º 803/XIV/2.ª (BE)** - “Por uma linha do Oeste integralmente requalificada e funcional”

**7.4. N.º 1327/XIV/2.ª (PCP)** - “Potenciar a modernização e eletrificação da Linha do Oeste”

**7.5. N.º 1339/XIV/2.ª (PS)** - “Recomenda o investimento e modernização na Linha do Oeste”

**8. Discussão do Projeto de Resolução n.º 19/XIV/1.ª (BE)** – “Recomenda ao Governo a abolição das taxas de portagem na A22/Via do Infante”

**9. Discussão do Projeto de Resolução n.º 743/XIV/2.ª (PSD)** – “Recomenda ao Governo que execute com urgência o troço da IC8 entre Pombal e Avelar (Ansião), com a inclusão de um nó de acesso desnivelado no Parque Empresarial do Camporês e proceda à cabimentação dos recursos financeiros”

**10. Outros assuntos**

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 158 referente à reunião do dia 10 de novembro**

O Sr. Presidente da Comissão submeteu a votação a ata n.º 158/XIV/3.ª, relativa à reunião de 10 de novembro, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

**2. Apreciação e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 115/XIV/3.ª (Gov)** – “Estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento e transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, sobre os regimes de reestruturação preventiva, o perdão de dívidas e as inibições”



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL

Passando ao ponto 2. da ordem do dia e encontrando-se presentes os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e do PAN, a Comissão procedeu à votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 115/XIV/3.ª (Gov)**.

Antes de ser dado início à votação, o Sr. Presidente da Comissão pediu esclarecimentos ao GP PS e PSD, atendendo à proposta de alteração apresentada em conjunto, sobre a eventual pretensão de eliminar os n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 17.º-E do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, alterado pelo artigo 2.º da PPL n.º 115/XIV/3ª (GOV), bem como os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 17.º-G do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, alterado pelo artigo 2.º da PPL n.º 115/XIV/3ª (GOV). As Sras. Deputadas Joana Sá Pereira (PS) e Márcia Passos (PSD) informaram que tais normas se encontravam integradas na proposta de alteração apresentada, pelo que a eliminação das mesmas do regime em vigor não estava em causa.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou que a votação fosse feita separadamente, e não em bloco, em virtude de ter votações distintas para algumas das alterações apresentadas.

A Sr. Deputada Márcia Passos (PSD) solicitou que se iniciasse por votar o texto conjunto apresentado pelo PS e PSD, deixando-se a votação da PPL para último, não tendo havido oposição.

A Sra. Deputada Joana Sá Pereira (PS) esclareceu que o texto conjunto apresentado era um texto de substituição e não uma mera proposta de alteração, esclarecimento este que foi subscrito pela Deputada Márcia Passos (PSD).

O [relatório da votação](#) e o [texto final](#) podem ser consultados na [página da iniciativa](#) na *Internet* e faz parte integrante desta ata.

No final da votação o Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) saudou a Sra. Deputada Márcia Passos (PSD) pelo esforço empreendido nas negociações com o PS em prol da apresentação de um texto de substituição.

A Sra. Deputada Joana Sá Pereira (PS) também saudou o esforço conjunto entre PS e PSD para a aprovação da iniciativa em apreço, referindo terem sido aprovadas alterações muito relevantes para a vida das empresas que vão além do estabelecido no PRR.



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL

Por fim, a Sra. Deputada Márcia Passos (PSD) referiu ainda que, apesar de o texto aprovado não era o texto ideal para o GP do PSD, era o texto possível para mitigar as alterações que tinham sido propostas na PPL apresentada pelo Governo, o qual ia para além do fixado na Diretiva. Também as micro, pequenas e médias empresas não estavam contempladas pela PPL, situação essa que foi corrigida.

### **3. Apreciação e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 718/XIV/2.ª (PSD) – “Altera o regime da propriedade horizontal, procedendo à octogésima alteração ao Código Civil, e à alteração ao Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de outubro com as alterações subsequentes”**

O Sr. Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) informou não conseguir fazer a votação do Projeto de Lei em causa, atendendo ao volume de processos de especialidade nas diversas comissões. Contudo, assinalou não pretender pedir formalmente o adiamento da votação, uma vez que o GP do CDS-PP não pretende inviabilizar a conclusão do processo legislativo.

A Sra. Deputada Márcia Passos (PSD) solicitou que não se inviabilizasse a conclusão do processo legislativo, pelo que interrogou se, adiando este ponto uma semana, a votação final global na reunião plenária de dia 26 ficaria inviabilizada.

O Sr. Deputado Nelson Silva (PAN) manifestou compreensão com o pedido do CDS-PP, reiterando as palavras da Sra. Deputada Márcia Passos (PSD). Mais afirmou que se previa que no dia 26 de novembro o guião de votações fosse longo, pelo que o aconselhável seria resolver a situação o quanto antes.

Também o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) reiterou as palavras da Sra. Deputada Márcia Passos (PSD), solicitando que não fosse inviabilizada a votação de uma iniciativa que já tinha reunido consenso para ser aprovada, manifestando reserva sobre o adiamento da votação e a conclusão do processo legislativo.

O Sr. Presidente da Comissão referiu não poder dar garantias de nada, dizendo que a Comissão ainda terá uma reunião antes do último plenário para votações.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) levantou a questão de saber qual a margem de intervenção das Comissões para aprovar a redação final de textos legislativos em sede de dissolução. Mais informou que, caso não haja mais iniciativas pendentes para a próxima reunião, e atendendo a que os GP podem pedir o adiamento por uma vez,



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

sendo que, posteriormente, é necessário consenso para novo adiamento, o GP do PCP não se opõe ao adiamento.

O Sr. Presidente informou não ter qualquer informação privilegiada, pelo que, a questão das redações finais ainda não estava resolvida. De todo o modo, informou que se o adiamento pedido pelo GP do CDS-PP for feito de modo potestativo, a votação terá de ser adiada.

Foi pedida a palavra pelo Sr. Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) que assinalou que, não obstante ser a terceira vez que assiste à dissolução da Assembleia da República enquanto Deputado, é a primeira vez a que a assiste ao volume de processo legislativo que se está a despachar, na medida em que o normal é o Parlamento abster-se de continuar a legislar quando sabe que está prestes a ser dissolvido. A legitimidade da AR para legislar, ainda que seja total em termos formais, o mesmo não sucede em termos políticos, referindo não ser esta a maneira própria de legislar, na medida em que a pressa para terminar o processo legislativo não deveria prevalecer face à boa feitura das leis. Neste sentido informou que o GP do CDS-PP não iria requerer formalmente o adiamento da votação.

A Sra. Deputada Márcia Passos (PSD) referiu entender os argumentos invocados pelo Deputado João Almeida (CDS-PP), nomeadamente, o argumento invocado de se estar a “legislar à pressa” no fim de legislatura, o que acarreta um grande sentimento de inquietude. No entanto, referiu que a iniciativa em apreço deu entrada na 2.ª sessão legislativa, pelo que é expectável que os GP já tenham tido tempo para a analisarem. Por último, referiu que seria preferível não correr o risco de adiar a votação para a próxima semana.

O Sr. Deputado Afonso Oliveira (PSD) referiu ser incompreensível que o Governo esteja a apresentar novas iniciativas sobre matérias essenciais depois de saber da decisão de dissolução do Parlamento, cabendo aos GP garantir que todo o processo legislativo decorre da melhor forma possível, de modo a minimizar as consequências negativas ou prejuízos para os cidadãos. De todo o modo, por esse não ser o caso da iniciativa ora em votação, foi solicitado que o GP do CDS-PP tivesse essa situação em conta.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou que mais grave do que o atual fluxo legislativo é a maneira como está a decorrer todo o processo legislativo, de forma apressada,



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL

esmagado nos seus prazos, de que é exemplo disso a PPL n.º 115 que acabou de ser aprovada em que, nomeadamente, apesar de o Governo ter indicado as entidades que deveriam ter sido consultadas e ouvidas não realizou quaisquer audições. De igual modo, da parte do Parlamento, apesar de se ter solicitado a essas entidades que se pronunciassem, tal pedido foi feito no sentido de haver uma resposta, por escrito, no prazo de 3 dias, o que não é compreensível e é particularmente gravoso. Mais assinalou que pode haver erros legislativos que só com a aplicação prática dos diplomas venham a ser perceptíveis, mas que tal apenas sucede por haver consensos entre diferentes Grupos Parlamentares no sentido de aprovar legislação nestes termos

Por fim, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João Almeida (CDS-PP) que solicitou que a votação fosse realizada no final da reunião. Mais referiu que no espaço de 24 horas, no Parlamento, se encontra a decorrer o processo de especialidade do regime jurídico do enriquecimento ilícito, regulamentação do lobby, processo de insolvência e reestruturação de empresas e, agora, o regime de propriedade horizontal. Com quatro processos legislativos desta importância a decorrer num tão curto período de tempo, é difícil ter a certeza de que não estão a ser cometidos erros.

No final da ordem do dia, antes de passar ao ponto dos “outros assuntos”, este ponto foi retomado.

A Sra. Deputada Márcia Passos (PSD) solicitou que, à semelhança do que tinha sucedido com a votação da PPL n.º 115/XIV/3.ª (GOV) fosse votado o texto de substituição, devendo ser desconsiderada a iniciativa anteriormente apresentada pelo GP do PSD.

De seguida, a Comissão procedeu à votação na especialidade do **Projeto de Lei n.º 718/XIV/2.ª (PSD)**. O [relatório da votação](#) e o [texto final](#) podem ser consultados na [página da iniciativa](#) na *Internet* e faz parte integrante desta ata.

Os Srs. Deputados Hugo Costa (PS) e Afonso Oliveira (PSD) solicitaram, de seguida, a palavra para agradecer o trabalho desenvolvido e a colaboração demonstrada pela Deputada Márcia Passos (PSD), a qual agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas, referindo que o GP do PSD tem a expectativa de que o texto aprovado tenha um impacto positivo na vida de todos os cidadãos.

**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

**4. Apreciação e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 71/XIV/2.ª (ALRAM) – “Pelo fim do bloqueio geográfico e da discriminação nas vendas eletrónicas para os consumidores das Regiões Autónomas”**

De seguida, a Comissão procedeu à votação na especialidade do **Projeto de Lei n.º 71/XIV/2.ª (ALRAM)**. O [relatório da votação](#) e o [texto final](#) podem ser consultados na [página da iniciativa](#) na *Internet* e faz parte integrante desta ata.

**5. Apreciação e votação do Parecer referente ao Projeto de Lei n.º 1014/XIV/3.ª (PCP) – “Regime extraordinário de proteção e apoio aos inquilinos”**

O Sr. Presidente deu a palavra à Sra. Deputada relatora Márcia Passos (PSD), a qual apresentou o parecer nos seus termos, referindo que o mesmo apenas não tinha sido mais desenvolvido atendendo ao curto prazo de tempo fixado para a sua elaboração.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) saudou a Deputada Relatora referindo que, num curto período de tempo tinha conseguido elaborar e apresentar um relatório sobre uma matéria complexa.

O Sr. Deputado Nelson Silva (PAN) após saudar a Sra. Deputada Márcia Passos (PSD) informou que o GP do PAN votaria favoravelmente o parecer apresentado, posto o que a Sra. Deputada Márcia Passos (PSD) agradeceu as palavras que lhe tinham sido dirigidas.

Colocado a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade dos presentes registando-se a ausência do GP do PEV.

**6. Votação na especialidade dos Projetos de Resolução na temática dos Fundos Europeus:**

**6.1. N.º 714/XIV/2.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que apresente à Assembleia da República relatórios trimestrais sobre a negociação e execução dos fundos europeus atribuídos a Portugal ao abrigo do programa next generation e do quadro financeiro plurianual 2021-2027 e a respectiva implementação do plano de recuperação económica Portugal 2020-2030”**

**6.2. N.º 729/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda ao Governo um conjunto de medidas para utilização mais eficaz e eficiente dos fundos da União Europeia, nomeadamente no âmbito da Política de Coesão, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum e do Plano de Recuperação da União Europeia”**

**6.3. N.º 748/XIV/2.ª (BE) – “Recomenda ao Governo que proceda à criação de uma plataforma pública demonstrando, de forma transparente, acessível e territorializada, a alocação dos fundos europeus atribuídos a Portugal**



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL

#### **através do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e do Fundo de Recuperação próxima geração EU”**

O Sr. Presidente informou existir uma proposta de texto conjunto relativo aos projetos de resolução acima mencionados, tendo a Sra. Deputada Isabel Pires (BE) referido que o PJR n.º 748/XIV/2.ª era da autoria do GP do PSD e não do BE.

Colocado a votação o texto conjunto, o mesmo foi aprovado. O [relatório da votação](#) e o [texto conjunto](#) aprovados podem ser consultados na página das iniciativas na Internet, os quais fazem parte integrante desta ata.

De imediato, o Sr. Presidente confirmou que o PJR n.º 748/XIV/2.ª era da autoria do GP do BE pelo que, caso o texto de substituição que se acabou de votar não contemplasse esse PJR o mesmo deveria ser votado individualmente.

A Sra. Deputada Isabel (BE) informou que o GP do BE nunca tinha sido contactado para efeitos de celebração de um texto conjunto, na medida em que o projeto de resolução em causa tinha sido sempre apresentado como sendo do GP do PSD.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) informou que os 3 PJR em causa tinham sido discutidos em Plenário, em conjunto, no dia 4 de dezembro de 2020. Assim, se o texto que se acabou de votar não incorpora o PJR n.º 748/XIV/2.ª (BE), este terá de ser votado em separado.

Após o Sr. Presidente informar que cabia ao GP do BE decidir se pretendia ver o seu PJR votado, a Sra. Deputada Isabel Pires (BE) deu o seu consentimento para que o mesmo fosse colocado a votação em separado.

Assim, foi colocada a votação o PJR n.º 748/XIV/2.ª (BE), o qual foi rejeitado. O [relatório da votação](#) pode ser consultado na respetiva página na Internet, o qual faz parte integrante desta ata.

De seguida, o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) solicitou a palavra para informar que o GP do PS não se encontrava preparado para fazer a votação, motivo pelo qual votou contra. Mencionou ainda que seria mais prudente se este PJR pudesse ser votado na próxima reunião, independentemente do texto conjunto já aprovado.

O Sr. Presidente referiu não ter havido oposição por parte de nenhum GP quando questionados sobre se pretendiam votar o PJR em causa tendo, contudo, questionado





## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL

a Sra. Deputada Isabel Pires (BE) sobre se pretendia o adiamento da votação, a qual questionou o GP do PS se a votação poderia ser feita no final da reunião.

O Sr. Deputado Hugo Costa (PS) referiu não estar em condições para alterar a votação caso a mesma fosse feita na presente reunião referindo ainda não ser garantido que, adiando a votação uma semana, o sentido de voto do GP do PS fosse alterado.

O Sr. Presidente referiu ser necessário tomar uma decisão sob pena de se estarem a fazer votações em vão.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) mencionou não ser aconselhável fazer a votação de projetos de resolução sobre a mesma matéria em semanas distintas, sob pena de, quando subissem a plenário, haver tramitações distintas para cada um deles. Também o Sr. Deputado Nelson Silva (PAN) concordou com o que tinha sido acabado de proferir, acrescentado ainda que parte das recomendações previstas no PJR do BE já estavam inscritas no OE para 2021 relativamente ao portal da transparência, na sequência de uma proposta apresentada pelo GP do PAN. Afirmou ainda estranhar que uma medida que, em grande medida, já se encontrava em fase de implementação, fruto da inscrição no OE, fosse agora rejeitada. De todo o modo, assinalou que todas as forças políticas deviam estar confortáveis com a votação.

O Sr. Deputado Hugo (PS) pediu a palavra para confirmar o voto contra do PJR em causa, à semelhança do que tinha feito aquando da votação na generalidade.

A Sra. Deputada Isabel Pires (BE) usou da palavra para referir que, apesar de o texto conjunto que tinha sido acabado de votar integrar pelo menos 1 matéria do PJR do BE, a decisão do PS votar contra o PJR do BE não deixa de surpreender. Mais referiu ter havido uma falha de comunicação, a qual levou ao desfecho atual.

O Sr. Presidente assinalou que, atendendo ao que já tinha sido dito pelo Sr. Deputado Hugo Costa (PS), a votação realizada deveria ser dada como concluída.

#### **7. Votação na especialidade dos Projetos de Resolução na temática da Linha do Oeste:**

**7.1. N.º 746/XIV/2.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que providencie com urgência no sentido de ser desenvolvido o estudo de modernização e requalificação da linha do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra”**

**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

- 7.2. N.º 751/XIV/2.ª (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias à modernização e requalificação da linha do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra/Figueira da Foz”**
- 7.3. N.º 803/XIV/2.ª (BE) - “Por uma linha do Oeste integralmente requalificada e funcional”**
- 7.4. N.º 1327/XIV/2.ª (PCP) - “Potenciar a modernização e eletrificação da Linha do Oeste”**
- 7.5. N.º 1339/XIV/2.ª (PS) - “Recomenda o investimento e modernização na Linha do Oeste”**
- 7.6. N.º 823/XIV/2.ª (PEV) - “Pela urgente e integral modernização da Linha do Oeste”**

De seguida, após o Sr. Presidente ter informado da existência de uma proposta de texto conjunto relativo aos projetos de resolução que melhor se acabam de identificar, foi dado início à votação da mesma. A proposta de texto conjunto foi aprovada por unanimidade. O [relatório da votação](#) e o [texto conjunto](#) aprovado podem ser consultados na página da iniciativa na Internet, os quais fazem parte integrante desta ata.

**8. Discussão dos Projetos de Resolução n.º 19/XIV/1.ª (BE) – “Recomenda ao Governo a abolição das taxas de portagem na A22/Via do Infante”**

**Arrastamentos:**

- n.º 7/XIV/1.ª (PCP) – “Eliminação das portagens na A28, A41, A42 e A29”**
- n.º 8/XIV/1.ª (PCP) – “Eliminação das portagens na A25”**
- n.º 9/XIV/1.ª (PCP) – “Eliminação das portagens na A23”**
- n.º 10/XIV/1.ª (PCP) – “Eliminação das portagens na A24”**
- n.º 11/XIV/1.ª (PCP) – “Pela abolição das portagens na Via do Infante”**
- n.º 314/XIV/1.ª (PCP) – “Pela abolição de portagens na A13 entre Atalaia e Ferreira do Zêzere”**

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos (BE) para apresentação do PJR n.º 19/XIV/1.ª (BE), tendo este referido que, desde 2011 que as portagens foram introduzidas no Algarve pelo Governo PSD/ CDS-PP, o que provocou grandes dificuldades, nomeadamente, ao nível da mobilidade. Após a introdução de portagens naquela zona, registaram-se cerca de 10.000 acidentes por ano na zona do Algarve em especial na EN 125, alternativa dos automobilistas à via do infante.

Acrescentou que, nos últimos tempos a pandemia demonstrou as fragilidades económicas e sociais do país sendo que era na região do algarve que a incidência dessas fragilidades mais se tinha exposto, na medida em que é uma região que vive em grande parte da atividade turística. Referiu ainda que as qualidades técnicas da via do Infante não são próprias de uma autoestrada e que o contrato de PPP feito na EN 125 tinha sido manifestamente ruinoso.



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

Mais referiu que, no ano passado o BE apresentou um PJR com um plano social e económico para o Algarve, onde um dos pontos essenciais era a eliminação ou, pelo menos, a suspensão de portagens na via do infante enquanto não fosse requalificada a EN 125, PJR esse aprovado pelo Parlamento.

Finda a apresentação do PJR n.º 19/XIV/1.ª (BE) o Sr. Deputado interpelou a mesa sobre a condução dos trabalhos, o qual informou que o GP do PS se opõe ao arrastamentos dos PJR acima melhor identificados, com exceção do PJR n.º 11/XIV/1.ª (PCP), na medida em que os demais nada têm que ver com a via do Infante, não sendo compreensível que tenham sido arrastados PJR sobre o países inteiro quando o que está em discussão é um PJR sobre uma zona específica do país.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias (PCP), o mesmo referiu que o assunto dos PJR arrastados é idêntico ao do PJR apresentado, isto é, portagens, pelo que existe identidade de objeto. O objetivo do PCP era fazer uma discussão sobre a eliminação das SCUTs. De todo o modo, caso o GP do PS não concorde com a decisão do Presidente da mesa de incluir os arrastamentos na ordem do dia, deverá recorrer dela para a Comissão. De igual modo, uma vez que o debate já se iniciou, não pode haver adiamento “a la carte”, não podendo uns PJR serem discutidos e outros adiados.

O Sr. Deputado Nelson Silva (PAN) manifestou concordância com o Sr. Deputado Bruno Dias (PCP), concordando que o objeto é o mesmo, independentemente do local do país onde estão localizadas as SCUT.

O Sr. Presidente informou que, atendendo à posição manifestado pelo GP do PS, a mesa questionará a Comissão sobre se concorda que o pedido de arrastamento dos PJR em apreço seja aceite, ou não.

O Sr. Deputado Hugo Costa (PS) informou pretender recorrer da decisão do Presidente ou, caso a mesma seja confirmada, pedir o adiamento do ponto.

O Sr. Deputado Afonso Oliveira (PSD) referiu não se vislumbrarem argumentos substanciais para o adiamento da discussão dos PJR arrastados pelo que o GP do PSD não se irá opor à discussão.



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

O Sr. Deputado João Almeida (CDS-PP) apelou a que o assunto fosse resolvido por consenso, tendo manifestado concordância com a posição manifestada pelo GP do PSD e do PAN.

Após o Sr. Deputado Carlos Pereira (PS) ter pedido bom senso da parte de todos os GP para a resolução da situação em questão, a Sra. Deputada Isabel Pires (BE) informou não se ter oposto ao pedido de arrastamento por o tema genérico ser o mesmo, informando ainda acompanhar as intervenções dos GP que consideravam haver identidade de objeto entre os PJR.

O Sr. Deputado Hugo Costa (PS) referiu que estavam em causa matérias substancialmente diferentes, pois enquanto que em algumas estradas existia SCUT noutras não havia. O Sr. Deputado assinalou ainda que a integração dos arrastamentos na ordem do dia tinha sido uma decisão exclusivamente do Presidente, pelo que se a Comissão votasse favoravelmente a discussão dos PJR arrastados o GP do PS iria solicitar o adiamento da discussão dos PJR arrastados por uma semana, nos termos regimentais, atendendo a que o GP do PS não aceita realizar o debate nas atuais condições.

Após o Sr. Deputado João Almeida (CDS-PP) referir não compreender o efeito prático do adiamento para o GP do PS, e de o Sr. Deputado Nelson Silva (PAN) ter sugerido que a Comissão votasse os pedidos de arrastamento, o Sr. Deputado Carlos Pereira (PS) afirmou estar a aguardar a decisão do Presidente da Comissão sobre a situação em apreço. De seguida, o Sr. Deputado Afonso Oliveira (PSD) assinalou existir uma “profunda indelicadeza” na forma como o GP do PS estava a tratar o tema e a permanente insistência, mais assinalou sempre ter havido uma forte colaboração e delicadeza para com os membros da mesa.

Após o Sr. Presidente ter explicado a situação e clarificado o contexto no qual as matérias foram integradas na ordem do dia, foi colocado a votação a aceitação do pedido de arrastamento dos PJR do GP do PCP, acima mais bem identificados, tendo sido o mesmo aceite com os votos favoráveis do GP do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e do PAN e o voto contra do GP do PS.

Finda a votação, o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) requereu o adiamento da discussão do ponto, nos termos regimentais, tendo o Sr. Deputado Nelson Silva (PAN) afirmado



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL

não se compreender este pedido de adiamento depois da votação ter sido feita. Contudo, por o pedido de adiamento ser um direito regimental, o GP do PAN iria respeitar a decisão.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou a palavra para assinalar que, atendendo ao histórico da Comissão, nunca existiram consultas sistemáticas aos coordenadores dos vários GP aquando de pedidos de arrastamento. A lógica de bom senso, lealdade parlamentar e trabalho conjunto devem sempre prevalecer, devendo a decisão sobre a fixação da ordem do dia ser tomada pelo Presidente.

A Sra. Deputada Isabel Pires (BE) concordou com a prática que sempre foi seguida pela Comissão, nunca tendo existido a prática de falar com todos os GP quando há pedidos de arrastamento referindo que, para o futuro, esta situação não deverá ser repetida, pois em nada dignifica o parlamento. Foi ainda referido ser necessário esclarecer se o GP do PS pretendia o adiamento de todo o ponto ou se pretendia discutir o PJR n.º 11/XIV/1.ª (PCP), sendo que esta última opção parecia não fazer sentido.

O Sr. Presidente referiu fazer sentido o adiamento de todo o ponto e não de alguns PJR daquele ponto.

O Sr. Deputado Hugo Costa (PS) referiu não haver qualquer problema em realizar a discussão do PJR n.º 11/XIV/1.ª (PCP) mas que, de todo o modo, a decisão deverá ser do Presidente da mesa.

O Sr. Presidente referiu que, atendo ao que tinha sido dito pelos diversos GP e tendo em conta o pedido de adiamento apresentado pelo GP do PS, deveria considerar-se adiado todo o ponto sobre a discussão dos PJR arrastados.

Por último, antes de se dar por encerrado este ponto, o Sr. Deputado Carlos Pereira (PS) reiterou o direito do GP do PS em adiar a discussão dos PJR.

#### **9. Discussão dos Projetos de Resolução:**

**- n.º 743/XIV/2.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo que execute com urgência o troço da IC8 entre Pombal e Avelar (Ansião), com a inclusão de um nó de acesso desnivelado no Parque Empresarial do Camporês e proceda à cabimentação dos recursos financeiros”**



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL

- n.º 1173/XIV/2.ª (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo a execução, com urgência, do troço do IC8, entre Pombal e Avelar (Ansião), e a cabimentação dos necessários recursos financeiros”

O Senhor Presidente, Deputado Jorge Paulo Oliveira, começou por dar a palavra ao Sr. **Deputado João Marques (PSD)** para apresentação do PJR, tendo referido que, apesar de o troço em discussão ter feito parte, inicialmente, da concessão do Pinhal Interior Norte, e por razões económicas foi retirado desta concessão, não se vislumbra que o Governo tenha intenção de incluir a execução do troço do IC8, entre Pombal e Avelar (Ansião) em algum plano existente, na medida em que se constata uma ausência desta obra quer no PT 2020, no PT 2030, como no Plano de Recuperação do Pinhal Interior Norte, nomeadamente.

Mencionou que a via em apreço é estruturante para ligar todo o interior, sendo uma via com um tráfego muito grande, sendo o transporte de madeiras e celulose feito nesta via, antiga estrada nacional, sem cruzamentos desnivelados ou qualquer outra característica de IC que tem causado a perda de inúmeras vidas humanas, daí ser conhecida por ser a estrada mais perigosa e com mais sinistros em Portugal.

Referiu que o troço entre Pombal e Avelar (Ansião) serve quatro espaços industriais, pelo que não se compreende a decisão do Governo não incluir a execução deste projeto no PRR na medida em que uma das principais prioridades são os acessos a zonas industriais.

O que se pretende é que haja uma atenção a sério para este problema, sendo a execução do troço da IC8 entre Pombal e Avelar integrado no programa Portugal 2030 ou no plano de Recuperação do Pinhal Interior Norte.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. **Deputado João Almeida (CDS-PP)** para que apresentasse o PJR n.º 1173/XIV/2.ª, tendo este começado por referir que o GP do CDS-PP se revê nas palavras que tinham acabado de ser proferidas pelo Sr. Deputado João Marques (PSD), assinalando que o que sucede com este troço é semelhante ao que se verifica com muitas outras estradas nacionais, na medida em que as estradas só têm determinadas características no nome pois o troço em causa de nada tem de IC.



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL

Assinalou que o troço em apreço, pela importância industrial, económica e do fluxo de pessoas, constitui um risco acrescido com consequências graves.

Por fim, o Sr. Deputado alertou para o facto de há 3 anos a Assembleia da República ter aprovado um projeto de resolução sobre esta matéria, nada tendo sido feito pelo Governo desde então.

Foi ainda referida a importância da resolução do problema, afirmando que a existência do Plano de Recuperação e Resiliência impõe uma nova discussão e reflexão sobre o tema, na medida em que, neste momento, podem ser disponibilizados meios financeiros que anteriormente dificilmente seriam disponibilizados.

Seguidamente, usou da palavra o Sr. **Deputado Joel Gomes (PS)**, que reiterou a importância que o IC8 tem para a região do interior, nomeadamente a nível económico, chamando a atenção para a gravidade do problema existente a nível da segurança rodoviária, e para a importância que este itinerário complementar tem para a zona do pinhal interior e para o desenvolvimento dos centros empresariais no interior.

O Sr. Deputado terminou a sua intervenção referindo que o IC8, apesar de, em tempos, já ter sofrido obras de requalificação, continua a ser necessário, especialmente no troço entre Pombal e Avelar (Ansião), promover ao melhoramento da sinalização e da segurança rodoviária.

O Sr. **Deputado Bruno Dias (PCP)** pediu a palavra, assinalando estranheza pelo facto de a execução do troço do IC8 entre Pombal e Avelar não ter avançado, atendendo à importância desta via para o interior do país e para o desenvolvimento empresarial da região, enquanto eixo estruturante daquela região.

O IC8 é um exemplo da redução de investimento pelas concessionárias rodoviárias, na medida em que estas passaram a tomar decisões com a conivência do Governo, apagando as luzes ao longo das vias, diminuindo a frequência da passagem de viaturas de manutenção e vigilância nas vias, etc, referindo que o IC8 e a população que o mesmo serve é quem mais sofre as consequências das opções tomadas pelo Governo.

**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

O Sr. Deputado afirmou que, a propósito da matéria em discussão, tinha sido apresentada a petição n.º 145/XIV, com 4812 assinaturas, tendo sido os peticionários ouvidos em sede de Comissão, pelo que no início da próxima legislatura o assunto terá de ser levado a plenário.

Por fim, assinalou que todas as abordagens que Portugal recebeu por parte da Comissão Europeia no sentido de haver prioridade negativa não são compreensíveis.

O Sr. Presidente passou a dar a palavra, para encerramento, aos autores dos projetos de resolução em discussão. Nesta sequência, o Sr. **Deputado João Marques (PSD)** assinalou a existência de unanimidade na Comissão sobre a necessidade de solucionar este problema numa região que tem um dos mais baixos índices de PIB *per capita*, o que não pode deixar de merecer reflexão.

Pelo Sr. Presidente foi dada como encerrada a discussão dos projetos de resolução ora em apreço.

**10. Outros assuntos**

**10.1. Baixou à Comissão na especialidade o Projeto de Resolução n.º 823/XIV/2.ª (PEV) - “Pela urgente e integral modernização da Linha do Oeste”**

O Sr. Presidente informou ter baixado à Comissão o Projeto de Resolução que melhor se acaba de identificar.

**10.2. Baixou à Comissão na generalidade o Projeto de Lei n.º 1019/XIV/3.ª (BE) – “Reforça a proteção do direito à habitação das pessoas idosas (8.ª alteração ao NRAU e 1.ª alteração à Lei n.º 13/2019, de 12 de fevereiro)”**

O Sr. Presidente informou ter baixado à Comissão a iniciativa que melhor se acaba de identificar, referindo que a mesma estava agendada para a reunião plenária de 17 de novembro.

**10.3. Baixou à Comissão na generalidade o Projeto de Lei n.º 1020/XIV/3.ª (BE) – “Pela estabilidade nos contratos de arrendamento (78.ª alteração ao Código Civil)”**



**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

O Sr. Presidente informou ter baixado à Comissão a iniciativa que melhor se acaba de identificar, referindo que a mesma estava agendada para a reunião plenária de 17 de novembro.

**10.4. Baixou à Comissão na generalidade o Projeto de Lei n.º 1021/XIV/3.ª (PAN) – “Assegura o aumento do período de carência aplicável após o fim das moratórias previstas no âmbito dos contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional e de fornecimento dos serviços essenciais, alterando a Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril, e Decreto-Lei n.º 56-B/2021, de 7 de julho”**

O Sr. Presidente informou ter baixado à Comissão a iniciativa que melhor se acaba de identificar, referindo que a nomeação de relator cabia ao GP do PS. O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou a palavra questionando se continuaria a fazer sentido fazer pareceres das iniciativas considerando que as notas técnicas tinham sido suspensas e as iniciativas que estavam a dar entrada já não seriam agendadas para plenário.

Também o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) manifestou concordância com o que tinha sido dito, referindo que a decisão deveria ser deixada à consideração da Comissão.

Face aos argumentos invocados, o Sr. Presidente informou que todas as iniciativas que baixassem à Comissão na generalidade a partir da presente data deixariam de ter nomeação de relator, ficando dispensada a apresentação dos respetivos pareceres.

**10.5. Baixou à Comissão na generalidade o Projeto de Lei n.º 1022/XIV/3.ª (PEV) – “Estabelece a gratuidade da utilização dos transportes públicos coletivos para pessoas com deficiência, pessoas desempregadas, pessoas com idade igual ou inferior a 18 anos e para estudantes do ensino obrigatório”**

Antes de dar por terminada a reunião, o Sr. Presidente informou ter baixado à Comissão a iniciativa supra mais bem identificada.

Por fim, informou que a próxima reunião ordinária da Comissão ficaria agendada para dia 23 de novembro às 12h00, ficando, desde já, definido o dia 24 de novembro às 10h30 para reunião extraordinária da Comissão caso haja matérias que não possam ser tratadas no dia 23.



**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de novembro de 2021.

**O PRESIDENTE**

**(JORGE PAULO OLIVEIRA)**



**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 159/XIV/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)  
Carlos Pereira (PS)  
Hugo Carvalho (PS)  
Hugo Costa (PS)  
Hugo Oliveira (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
José Rui Cruz (PS)  
Luís Miguel Reis (PS)  
Nuno Fazenda (PS)  
Pedro Coimbra (PS)  
Carlos Silva (PSD)  
Emídio Guerreiro (PSD)  
Isabel Lopes (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)  
Rui Cruz (PSD)  
Sofia Matos (PSD)  
Isabel Pires (BE)  
Maria Manuel Rola (BE)  
Bruno Dias (PCP)  
João Pinho De Almeida (CDS-PP)  
Nelson Silva (PAN)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Santinho Pacheco (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Duarte Marques (PSD)  
Márcia Passos (PSD)  
Paulo Neves (PSD)  
Joana Sá Pereira (PS)  
Joël Bouça Gomes (PS)  
João Gomes Marques (PSD)  
João Vasconcelos (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Norte (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira (PEV)